

**DECLARAÇÕES DE SERVIDOR OU SERVIDORA NOMEADO(A) PARA OCUPAR CARGO EM  
COMISSÃO OU DESIGNADO(A) PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA**

**Anexo I da Resolução TRE-RJ nº 985/2017**

Instituído pela Resolução TRE-RJ nº 1.230/2022

**DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA EM HIPÓTESES DE VEDAÇÃO PARA OCUPAR CARGO  
EM COMISSÃO OU EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA** (Resolução nº 985/2017, art. 1º)

Em cumprimento ao disposto no art. 1º da Resolução TRE-RJ nº 985/2017, e ao art. 5º da Resolução CNJ nº 156/2012, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não incido em qualquer das hipóteses de vedação previstas em lei ou na Resolução CNJ nº 156/2012. **DECLARO**, ainda, sob as penas do art. 299 do Código Penal, serem verdadeiras as informações aqui prestadas, comprometendo-me a fazer imediata comunicação à Secretaria de Gestão de Pessoas sobre qualquer alteração dos dados acima mencionados.

Conforme o disposto no artigo 5º, § 1º, da Resolução nº 156/2012, do CNJ, a veracidade desta declaração será verificada pelo Tribunal mediante a apresentação, pelo declarante, das seguintes certidões ou declarações negativas, anexados ao formulário próprio disponível no Portal da SGP:

1. Da Justiça Federal;
2. Da Justiça Eleitoral;
3. Da Justiça Estadual ou Distrital;
4. Da Justiça Militar;
5. Dos Tribunais de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município;
6. Do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
7. Do conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão;
8. Dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão. *(Redação dada pela Resolução CNJ nº 186, de 18.02.2014).*

As certidões ou declarações negativas de que tratam os itens 1 a 5 devem ser emitidas pelos órgãos com jurisdição sobre o local ou os locais em que o nomeado ou designado tenha residido nos últimos 2 (dois) anos, devendo o servidor declarar expressamente caso, nos últimos 2 (dois) anos, não tenha residido em outro local além daquele registrado em seus assentamentos funcionais. (Resolução TRE- RJ nº 1.017/2018, art. 3º, § 1º).

Verificar orientações ao final do formulário.

**DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Em cumprimento ao disposto no art. 2º da Resolução TRE-RJ nº 985/17; nos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 7/2005; na Súmula Vinculante nº 13 do STF; e na Resolução TRE-RJ nº 948/2016 (Código de Ética), art. 9º, incisos II e XX, e art. 19, inciso V, **DECLARO** que:

não incido nas hipóteses de vedação previstas nos artigos. 8º e 9º da Resolução TRE-RJ nº 985/2017.

tenho parentesco com:

|                     |  |
|---------------------|--|
| Nome:               |  |
| Cargo/Função:       |  |
| Órgão:              |  |
| Tipo de parentesco: |  |
| Nome:               |  |
| Cargo/Função:       |  |
| Órgão:              |  |
| Tipo de parentesco: |  |

DECLARO, ainda, sob as penas do art. 299 do Código Penal, serem verdadeiras as informações aqui prestadas, comprometendo-me a fazer imediata comunicação à Secretaria de Gestão de Pessoas sobre qualquer alteração dos dados acima mencionados.

|                                                                       |  |
|-----------------------------------------------------------------------|--|
| Nome:                                                                 |  |
| CPF:                                                                  |  |
| Título de Eleitor:                                                    |  |
| E-mail:                                                               |  |
| Data e assinatura<br>(preferencialmente com<br>certificação digital): |  |

**Anexo II da Resolução TRE-RJ nº 985/2017**

Instituído pela Resolução TRE-RJ nº 1.230/2022

**DECLARAÇÃO EM CASO DE DESIGNAÇÕES OU NOMEAÇÕES SUBSEQUENTES** (Resolução TRE-RJ nº 985/2017, art. 7º, com a redação dada pela Resolução TRE-RJ nº 1.230/2022)

Considerando minha designação para exercer a função comissionada OU minha nomeação para ocupar o cargo comissionado abaixo indicado(a), e o disposto na Resolução CNJ nº 156/2012, **DECLARO**, sob as penas da lei, que permanecem inalteradas as informações constantes

das certidões e declarações apresentadas em designação/nomeação anterior, no processo também indicado abaixo.

|                                               |  |
|-----------------------------------------------|--|
| Cargo<br>Comissionado/Função<br>Comissionada: |  |
| Unidade:                                      |  |
| Número do processo<br>anterior:               |  |

DECLARO, ainda, sob as penas do art. 299 do Código Penal, serem verdadeiras as informações aqui prestadas, comprometendo-me a fazer imediata comunicação à Secretaria de Gestão de Pessoas sobre qualquer alteração dos dados acima mencionados.

|                                                                       |  |
|-----------------------------------------------------------------------|--|
| Nome:                                                                 |  |
| CPF:                                                                  |  |
| Título de Eleitor:                                                    |  |
| E-mail:                                                               |  |
| Data e assinatura<br>(preferencialmente com<br>certificação digital): |  |